|  |
| --- |
| RELATÓRIO ANUAL - 2013 - |
| Corregedoria Nacional de Justiça |
|  |

[Descrição: Conselho Nacional de Justiça - Página Principal](http://www.cnj.jus.br/intranetcnj/index.php)

FISCALIZAÇÃO E CORREIÇÃO

OBJETIVO: GARANTIR A CONFORMIDADE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO, BEM COMO O CUMPRIMENTO DOS DEVERES FUNCIONAIS PELOS MAGISTRADOS E SERVIÇOS AUXILIARES.

INSPEÇÕES

Com o intuito de melhorar o atendimento prestado pelo Poder Judiciário, a Corregedoria Nacional de Justiça promove audiências públicas nos tribunais, inspeciona as unidades judiciárias e administrativas, bem como os cartórios extrajudiciais. O resultado dessas visitas e reuniões compõe relatórios que apresentam as deficiências e as boas práticas encontradas, além de determinações e recomendações às unidades para melhorar seu desempenho.

Igualmente, as inúmeras diligências e medidas decorrentes da inspeção são documentadas em atas, das quais se dá plena ciência à Presidência e aos demais Conselheiros do CNJ.

Das inspeções resultam procedimentos de acompanhamento e correção de irregularidades, bem como para apuração de eventuais faltas disciplinares.

No ano de 2013, foram realizadas as seguintes correições/inspeções/revisões de inspeções:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ***TRIBUNAIS*** | ***PERÍODO*** | ***PORTARIAS*** |
| Tribunal de Justiça do Estado do Piauí | 15/1 | Portaria no 154/2012 |
| Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.  Extensão ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. | 28/1 | Portarias nos 155/2012, 3/2013, 4/2013, 15/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina | 18/2 a 1º/3 | Portarias nos 1/2013, 2/2013 e 6/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado do Ceará | 11/3 a 15/3 | Portaria no 17/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe | 2/4 a 5/4 | Portarias nos 19, 20 e 23/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado da Bahia | 8/4 a 12/4 | Portarias nos 21, 25 e 57/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado do Paraná | 23/4 a 26/4 | Portarias nos 29,31 e 32/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado do Pará | 6/5 a 10/5 | Portarias nos 27 e 41/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. | 13/5 a 17/5 | Portaria nº 26/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região | 20/5 a 24/5 | Portarias nos 28,40,58 e 61/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado do Acre | 4/6 a 7/6 | Portaria nº 62/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado do Paraná | 11/6 a 13/6 | Portaria nº 65/2013 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região | 24/6 a 26/6 | Portarias nos 47 e 50/2013 |
| Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região | 27/6 a 28/6 | Portarias nos 46 e 49/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (continuação) | 6/5 a 10/5 | Portarias nos 21, 25 e 57/2013 |
| Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Vara de Falências) | 24/9 a 27/9 | Portaria nº 86/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Varas Empresariais e 8º Ofício de Notas da Comarca do Rio de Janeiro) | 30/9 a 4/10 | Portarias nos 83 e 84/2013 |
| Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (Setores de Informática e de Recursos Humanos) | 29/10 a 1º/11 | Portaria nº 75/2013 |

Fonte: As portarias de Inspeção estão publicadas no site do Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)) – Corregedoria.

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

*(Reclamações, Representações por Excesso de Prazo, Pedidos de Providências, Sindicâncias, Avocações, Reclamações para Garantia das Decisões e Notas Técnicas).*

Quantitativo de processos recebidos, analisados e julgados no ano de 2013 pela Corregedoria Nacional de Justiça:

**Total de processos recebidos em 2013: 4945**

**Total de processos julgados em 2013: 52**

**Total de processos baixados em 2013: 5906**

**Total de processos em tramitação: 3724**

*Fonte: os dados foram retirados do ECNJ em dezembro/2013.*

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

OBJETIVO: FORTALECER E HARMONIZAR AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES, SETORES E INSTITUIÇÕES, APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM PÚBLICO EXTERNO, PROMOVER A CIDADANIA E DISSEMINAR VALORES ÉTICOS E MORAIS POR MEIO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EFETIVA.

CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO – CNA

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA), implantado pela Resolução nº 54, de 29 de abril de 2008, alterada pela Resolução nº 93/2009, constitui um instrumento para auxiliar os magistrados das varas da infância e da juventude na condução dos procedimentos de adoção.

No CNA, estão concentradas as informações referentes aos pretendentes habilitados e às crianças/adolescentes aptos a serem adotados.

A finalidade deste cadastro é agilizar os processos de adoção, por meio do mapeamento de informações unificadas, e viabilizar a implantação de políticas públicas relacionadas ao tema com maior precisão e eficácia.

O instrumento amplia as possibilidades de consulta aos pretendentes cadastrados, facilitando, assim a adoção de crianças e adolescentes em qualquer comarca ou Estado da Federação.

Além disso, garante que apenas quando esgotadas as chances de adoção nacional possam as crianças e adolescentes ser encaminhados para adoção internacional, respeitando, dessa forma, o que dispõe o art. 31 do ECA.

Por outro lado, conforme Portaria nº 131, de 16 de outubro de 2012, foi criado Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a viabilidade da criação de um cadastro de pretendentes estrangeiros junto ao CNA.

Em 07 de novembro de 2012, a Corregedoria Nacional de Justiça editou a Recomendação nº 08 que dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta por meio de guarda.

Atualmente, estão cadastrados 5412 crianças e adolescentes aptos à adoção e 29.924 pretendentes habilitados.

CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS – CNCA

O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) foi implantado pela Resolução n° 93/2009 e regulamentado pela IN 03/2009 da Corregedoria Nacional de Justiça.

A finalidade do cadastro é concentrar as informações referentes às crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar no País, de todas as Comarcas das unidades da Federação.

Esta ferramenta permite a definição exata das condições de atendimento e o número das crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar, o que possibilita a observância do caráter transitório e excepcional da medida e viabiliza a implementação de políticas públicas voltadas ao tema.

O CNCA está disponível no sítio do CNJ e o acesso é exclusivo aos órgãos autorizados.

Estão cadastrados atualmente 46.854 crianças e adolescentes acolhidos e foram expedidas 132.629 guias de acolhimento. Consta o registro de 4.196 entidades de acolhimento.

CADASTRO NACIONAL DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI – CNACL

O Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL), implantado pela Resolução nº 77/2009 do CNJ, tem a finalidade de aglutinar as informações referentes aos adolescentes envolvidos na prática de atos infracionais, estejam ou não em cumprimento de medida socioeducativa.

Em 8 de agosto de 2012, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 157/2012, que acrescentou ao art. 1º da Resolução nº 77/2009 do CNJ, o parágrafo segundo, determinando que a inspeção deva ser realizada pelo menos uma vez a cada semestre, nos caso de existirem na Comarca entidades ou programas para cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

No CNACL estão concentradas, dentre outras, as informações sobre o histórico das infrações praticadas pelo adolescente em conflito com a lei e sobre o cumprimento da medida aplicada.

O Cadastro representa um instrumento de efetividade da Justiça da Infância e Juventude, eis que proporciona aos magistrados maior segurança e efetivo controle na aplicação e acompanhamento da respectiva medida.

Além disso, tem o condão de orientar as políticas públicas em favor dos adolescentes em conflito com a lei.

Já foram cadastrados 254.004 adolescentes em conflito com a lei. Destes, 71.344 estão em cumprimento de medida socioeducativa.

SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS – SNBA

O Sistema Nacional de Bens Apreendidos foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Conselho da Justiça Federal, a Polícia Federal e o Departamento de Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça, em cumprimento a meta estabelecida no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA.

Implantado pela Resolução nº 63, de 16 de dezembro de 2008, tem como objetivo consolidar as informações sobre os bens apreendidos em procedimentos criminais no âmbito do Poder Judiciário, de modo a favorecer a adoção de política de gestão, que pode ser executada desde a apreensão até a destinação final, a fim de evitar, inclusive, extravio, depreciação e perecimento dos bens.

Até o momento foram cadastrados 18.030.328.502 bens apreendidos, que totalizam o valor de R$ 1.845.158.007,14.

CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E POR ATO QUE IMPLIQUE INELEGIBILIDADE – CNCIAI

O Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade, criado pela Resolução nº 44 deste CNJ, de 20 de novembro de 2007, alterada pelas Resoluções nº 50, de 25 de março de 2008, e nº 172, de 8 de março de 2013, objetiva concentrar, em um único banco de dados, as informações sobre agentes públicos ou políticos com condenação transitada em julgado por ato de improbidade administrativa e por ato que implique inelegibilidade.

A finalidade do cadastro é conferir maior efetividade às decisões judiciais, principalmente no que concerne ao ressarcimento de valores ao erário, ao cumprimento de multas civis e à proibição de contratar com a Administração Pública e à legislação eleitoral no tocante aos requisitos para elegibilidade.

Os magistrados responsáveis pela execução das sentenças de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa devem alimentar o sistema sempre que houver uma sentença condenatória transitada em julgado. Atualmente, todos os registros constantes no sistema foram cadastrados por esses magistrados.

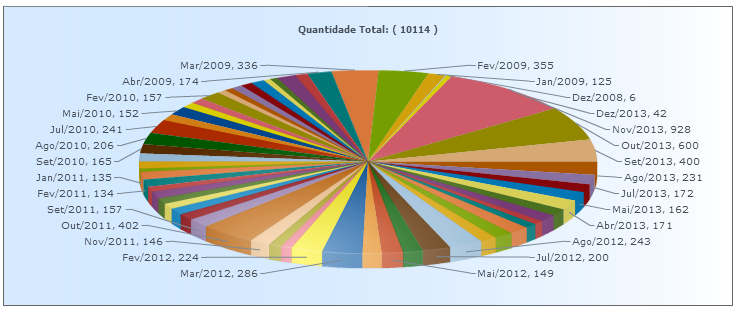
É válido lembrar que o cadastro está disponível para consulta pública. As buscas podem ser realizadas pelo nome da parte ou processo. Inexistindo informações, o sistema gerará certidão negativa informando a ausência de registros naquela data.

Este cadastro representa importante instrumento para o controle dos atos da Administração e demonstra a atuação proativa deste Conselho na busca de soluções que confiram celeridade e efetividade às decisões do Poder Judiciário.

O Provimento nº 29, de 3 de julho de 2013, estabeleceu responsabilidades específicas pela inclusão, alteração e exclusão de dados no CNCIAI, de acordo com a natureza tipológica dos atos.

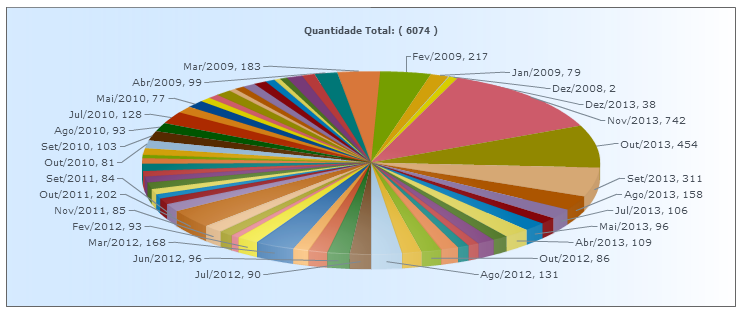
Constam no sistema 10.114 condenados por atos de improbidade administrativa e 6.074 processos julgados.

**Quantidade total de condenações (10.114):**

****

*Fonte: os gráficos foram retirados do Sistema de Improbidade Administrativa, em dezembro/2013.*

**Quantidade total de processos julgados (6.074):**

****

*Fonte: os gráficos foram retirados do Sistema de Improbidade Administrativa, em dezembro/2013.*

PROJETO ESPAÇO LIVRE – AEROPORTOS

Lançado em fevereiro de 2011, o Programa Espaço Livre tem por objetivo remover dos aeroportos brasileiros as aeronaves que estão sob custódia da Justiça, possibilitando inclusive a doação de aviões apreendidos em ações de tráfico de drogas a tribunais brasileiros.

**Aeronaves desmontadas, leiloadas ou removidas:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RECIFE-PE** | | | | |  | |  | | | |
| FABRICANTE | MODELO | | PREFIXO | CIA | STATUS | |  | | | |
| **BOEING** | 737-200-PAX | | **PP-SPI** | **VASP** | ARREMATADA | |  |  | | |
| **BOEING** | 727-200 CARGO | | **PP-SFC** | **VASP** | ARREMATADA | |  |  | | |
| **SALVADOR-BA** | | | | | | |  |  |  | FLY |
| FABRICANTE | | MODELO | PREFIXO | CIA | STATUS | |  | | | |
| **BOEING** | | 737-200-PAX | **PP-SMP** | **VASP** | ARREMATADA | |  |  | | |
| **BOEING** | | 737-200-PAX | **PP-SNB** | **VASP** | ARREMATADA | |  |  | | |
| **BOEING** | | 737-200-PAX | **PP-SPF** | **VASP** | ARREMATADA | |  |  | | |
|  | | | | | | |  | | | |
| **BELO HORIZONTE – MG** | | | | | | |  | | | |
| FABRICANTE | | MODELO | PREFIXO | CIA | STATUS | |  | | | |
| **BOEING** | | 737-200-PAX | **PP-SMA** | **VASP** | ARREMATADA | |  |  | | |
|  | | | | | | |  | | | |
| **RIO DE JANEIRO-RJ** | | | | | | |  | | | |
| FABRICANTE | | MODELO | PREFIXO | CIA | | STATUS |  | | | |
| BOEING | | 737-200-PAX | PP-SMT | VASP | | ARREMATADA |  |  | | |
| BOEING | | 727-224 | PP-BLS | FLY | |  |  | | | |
| BOEING | | B-727 | PP-BLR | FLY | |  |  | | | |
| BOEING | | 727-2B6 | PP-LBF | FLY | |  |  | | | |
| BOEING | | B-722 | PR-MTL | TAF | |  |  | | | |
| BOEING | | B-722 | PR-PLH | PLATINUM | |  |  | | | |
| BOEING | | B-727 | PR-LGB | PLATINUM | |  |  | | | |
| BOEING | | 737-3K9 | PR-FLX | NORDESTE | |  |  | | | |
| BOEING | | B0733 |  | FLEX | |  |  | | | |

**MANAUS - AM**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| FABRICANTE | MODELO | PREFIXO | CIA | STATUS |
| BOEING | 737-200-PAX | PP-SPG | VASP | ARREMATADO |
| BOEING | 737-200-PAX | PP-SMB | VASP | ARREMATADO |

**BRASÍLIA**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| FABRICANTE | MODELO | PREFIXO | CIA | | | STATUS |
| BOEING | 737-200-PAX | PP-SMH | VASP | | | ARREMATADO |
| BOEING | 737-200-PAX | PP-SNA | VASP | | | NOVO LEILÃO |
| BOEING | 737-200 | PP-SPH | VASP | | | ARREMATADO |
| BOEING | B-762 | PT-TAA | TRANSBRASIL | | | ARREMATADO |
| BOEING | B-762 | PT-TAB | TRANSBRASIL | | | NOVO LELÃO |
| BOEING | B-762 | PT-TAC | TRANSBRASIL | | | NOVO LEILÃO |
|  |  |  |  |  |  | | |

**GUARULHOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| FABRICANTE | MODELO | PREFIXO | CIA | STATUS |
| BOEING | 737-200-PAX | PP-SMZ | VASP | ARREMATADO |
| BOEING | 737-200CARG | PP-SMW | VASP | ARREMATADO |
| AIRBUS | A300 | PP-SNM | VASP | NOVO LEILÃO |
| BOEING | 737-200-PAX | PP-SMC | VASP | ARREMATADO |
| BOEING | B727 | PP-JUB | FLY | EM CONCLUSÃO |
| BOEING | B727 | PP-LBO | FLY | SIM (19ª RJ) |
| BOEING | B727 | PR-MTK | TAF | SIM |
|  | DC-8 | PP-BEL | BETA | ARREMATADO  (6ª. VTG) |

**CAMPINAS/SP - VIRACOPOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| FABRICANTE | MODELO | PREFIXO | CIA | STATUS |
| BOEING | 737-200- | PP-SMR | VASP | ARREMATADO |

**Aeronaves de pequeno porte doadas ao Poder Judiciário dos Estados:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Estado** | **Modelo** | **Prefixo** |
| **Amazonas** | Cessna | PT-GAM |
| **Amazonas** | Navagio | PT-JAM |
| **Bahia** | Sêneca II | PP-FFP\* |
| **Maranhão** | Islander | PT-FBU\* |
| **Mato Grosso** | Xingu | PP-FHE\* |
| **Mato Grosso** | Sêneca II | PT-EKZ |
| **Mato Grosso do Sul** | Baron 58 UTI | PR-FPG |
| **Mato Grosso do Sul** | Baron 55 | PT-KPG |
| **Mato Grosso do Sul** | Cessna 206 | PP-JHC |
| **Pará** | Sêneca III | PT-FBA\* |
| **Pará** | Cessna 210 | N918DT\*\* |
| **Piauí** | Cessna 172 | PT-JDF |
| **Paraná** | Baron 58 | PT-WSA |
| **Rondônia** | Cessna Skylane | PT-JKL |
| **Tocantins** | Sêneca | PT-FBA\* |
| **Total** | **16** | |

Obs: \* Devolvidas à FUNAI;

\*\* Restituída ao juízo do processo (Rondonópolis, que a disponibilizou ao Corpo de Bombeiros de Santa Catarina)

RECEPÇÃO E PROTESTO DE CHEQUES

A atuação da Corregedoria no que respeita a esse tema trouxe como produto normativo o Provimento nº 30, de 16 de abril de 2013, que disciplina a recepção e protesto de cheques, nas hipóteses que relaciona, visando coibir fraudes que possam acarretar prejuízos aos devedores ou a terceiros.

PADRONIZAÇÃO DAS CERTIDÕES DE NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO E UTILIZAÇÃO DE PAPEL DE SEGURANÇA UNIFICADO

Atos normativos da Corregedoria Nacional (Provimentos nºs 2/2009, 3/2009, 14/2011, 15/2011 e Recomendação nº 6/2012) instituíram modelos únicos de certidão de nascimento, certidão de casamento e certidão de óbito a serem adotados pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais em todo País, visando garantir segurança jurídica, objetividade dos documentos, bem como uniformizar e aperfeiçoar as atividades dos serviços de registro civil das pessoas naturais.

REGISTRO TARDIO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO

Foi editado o Provimento nº 28, de 5 de fevereiro de 2013, que dispõem sobre o registro tardio de nascimento, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas hipóteses que disciplina.

OBRIGATORIEDADE DE MANUTENÇÃO E ESCRITURAÇÃO DE LIVRO DIÁRIO AUXILIAR PELOS RESPONSÁVEIS PELAS DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO

Sobre essa matéria, foram editados os Provimentos nº 34, de 9 de julho de 2013, e nº 35, de 23 de julho de 2013, estabelecendo a disciplina quanto à manutenção e escrituração de Livro Diário Auxiliar pelos titulares de delegações e pelos responsáveis interinamente por delegações vagas do serviço extrajudicial de notas e de registro, e dá outras providências.

INTERLIGAÇÃO ELETRÔNICA DAS INFORMAÇÕES DOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS EM CENTRAIS UNIFICADAS

Em atendimento à Meta 11 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, aos 28 de agosto de 2012 a Corregedoria editou o Provimento nº 18, que dispõe sobre a instituição e funcionamento, em parceria com o Colégio Notarial do Brasil, da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC. Em 22 de maio de 2013, foi publicado o Provimento nº 31, que alterou o Provimento nº 18.

Tais ações, nos moldes dos Termos de Cooperação 83 e 84/2010 assinados com a Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP) e com o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB), visam o aprimoramento dos serviços de notas e o fluxo das informações notariais, possibilitando o acesso direto de órgãos do poder público a informações e dados correspondentes ao serviço notarial.

PAI PRESENTE

O projeto busca sensibilizar a população para a importância do registro paterno no assento das crianças e adolescentes. Iniciou em 2010 com o Provimento nº 12, após a obtenção no MEC dos nomes e endereços dos alunos que, segundo os dados do censo escolar 2009, não possuíam registro paterno.

Os dados foram divididos por comarcas e encaminhados para cada um dos juízes competentes. As Corregedorias-Gerais e Coordenadorias da Infância e Juventude dos tribunais uniram esforços e criaram as condições necessárias para a concretização dos propósitos sociais da Lei n. 8.560/1992.

Nova edição do projeto iniciou em 2012, com a publicação, pela Corregedoria Nacional de Justiça, do Provimento nº 26/2012, após novos dados obtidos em cooperação com o Poder Executivo Federal nos cadastros do MEC e do MDS.

A iniciativa já propiciou o reconhecimento da paternidade de grande número de crianças e adolescentes, conforme processo CNJ nº 0000072-65.2010.2.00.0000, totalizando até julho/2013, após o envio de 228.416 notificações para as famílias:

22.830 reconhecimentos espontâneos de paternidade

13.093 exames de DNA realizados

22.887 audiências realizadas

28.207 processos instaurados

Além disso, para facilitar este reconhecimento, foram editados o Provimento nº 16/2012, possibilitando o reconhecimento espontâneo pelo pai direto no cartório extrajudicial independentemente de escritura pública, bem como o Provimento nº 19/2012, que assegura aos comprovadamente pobres a gratuidade da averbação do reconhecimento de paternidade e da respectiva certidão.

BANCO NACIONAL DE MANDADOS DE PRISÃO – BNMP

O Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP foi criado pela Resolução nº 137 do CNJ, de 13/07/2011 em cumprimento ao disposto na Lei 12.403/2011 (art. 289-A do CPP).

A finalidade do banco de dados, observado o sigilo nos casos necessários, é facilitar o conhecimento por qualquer pessoa da existência do mandado e o cumprimento de diligências por parte das autoridades policiais, assim como auxiliar os juízes no exercício de sua jurisdição. A informação do mandado de prisão, para fins de registro no Conselho Nacional de Justiça, é prestada diretamente pelos sistemas dos tribunais ao BNMP.

Relatório – Total de Mandados

|  |  |
| --- | --- |
| Aguardando Cumprimento | 312.112 |
| Cumpridos | 198.353 |

*Fonte: os dados foram retirados do Banco Nacional de Mandados de Prisão, em Dezembro de 2013.*

SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS

A fim de garantir o cumprimento da Resolução nº 59/2008 deste Conselho (alterada pela Resolução n° 84/2009), que disciplina as rotinas de interceptações telefônicas, de sistemas de informática e telemática, foi implantado, em 1º de dezembro de 2008, o "Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas".

O sistema mencionado tem por finalidade agregar as informações referentes às interceptações telefônicas que estão em curso no país, permitindo, assim, o monitoramento e acompanhamento estatístico por esta Corregedoria Nacional de Justiça. Além disso, o instrumento possibilita o levantamento de dados que serve de indicação e referência para o aperfeiçoamento do procedimento previsto na Lei nº 9.296/96.

Anteriormente à implantação do sistema, as informações eram prestadas via ofício. Atualmente, os dados são prestados pelos próprios magistrados, por via eletrônica, tendo sido cadastrados no mês de outubro de 2013:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ***ESTADUAL*** | | ***FEDERAL*** | |
| ***Telefones*** | ***Endereços eletrônicos*** | ***Telefones*** | ***Endereços eletrônicos*** |
| *16.353* | *773* | *2.310* | *729* |

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO

*OBJETIVO: GARANTIR A PRECISÃO NO DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DO JUDICIÁRIO*

PROGRAMA JUSTIÇA ABERTA

Tendo em vista que uma das metas prioritárias da Corregedoria Nacional de Justiça é diagnosticar e acompanhar a realidade do Poder Judiciário, em setembro de 2007 foi implantado o programa "Justiça Aberta". O aludido programa é composto por dois sistemas:

**Justiça Aberta**

**Serventias Judiciais**

***Serventias Extrajudiciais***

**1º Grau**

**2º Grau**

**Cartórios**

No "Sistema de Informações da Corregedoria - Serventias Extrajudiciais” são atualizadas, semestralmente, as informações sobre a localização dos cartórios, os dados pessoais e a forma de ingresso de seus responsáveis, bem como o quantitativo dos atos praticados e a arrecadação bruta.

Já no "Sistema de Informações da Corregedoria - Serventias Judiciais de 1° grau" são aglutinadas informações sobre todos os juízos e secretarias de 1° grau da Justiça Federal Comum e da Justiça Estadual. As informações já são colhidas em formato compatível com o Processo Judicial Eletrônico desenvolvido pela Presidência do CNJ.

Do mesmo modo, o "Sistema de Informações da Corregedoria – Serventias Judiciais de 2° grau” concentra os dados relativos à produtividade dos magistrados de 2° grau dos Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais Regionais Federais.

**Relatório - Quantidade de magistrados cadastrados**

|  |  |
| --- | --- |
| ***Magistrados 1º Grau*** | |
| **Total** | **11.279** |
| ***Magistrados 2º Grau*** | |
| **Total** | **2.495** |

*Fonte: os dados foram retirados do Sistema Justiça Aberta, em dezembro/2013.*

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

*OBJETIVO: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS*

APRIMORAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS E FEDERAIS

Após a constatação, durante as inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça, de que em parte das unidades da federação inúmeros Juizados Especiais funcionam sob péssima estrutura física, número de servidores incompatível com a sua distribuição mensal, movimento processual e tratamento discriminatório em relação às estruturas disponibilizadas para as varas comuns e suas secretarias, implantou-se o presente Programa.

Inicialmente foram coletados os dados necessários para o aprimoramento dos trabalhos prestados pelos Juizados Especiais, com a posterior regulamentação da matéria por meio dos Provimentos nº 05, 06 e 07 de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça.

A Portaria nº 11, de 10 de março de 2010, instituiu Grupo de Trabalho para assessorar na formulação de proposta para a instalação dos Juizados da Fazenda Pública com a observância de um padrão mínimo comum; assessorar na revisão dos documentos encaminhados pelos Tribunais de Justiça e pelos Tribunais Regionais Federais para os processos nº 0005981-25.2009.2.00.000 e 0006107-75.2009.2.00.0000; assessorar na formulação de propostas de aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos pelos Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal.

Em continuidade, foi editado o Provimento nº 22/2012, que define medidas de aprimoramento relacionadas ao Sistema dos Juizados Especiais e dá nova redação ao Provimento nº 7/2010.

Em linhas gerais a manutenção de grupos de trabalho permanentes dos juizados especiais visa trazer à discussão questões relativas ao aprimoramento da jurisdição, porque possibilita o conhecimento imediato dos problemas e o encaminhamento de soluções. Além disso, a representatividade do grupo, com juízes de todas as regiões, também possibilita a uniformização de procedimentos racionalizando tanto os serviços da justiça como a atuação dos órgãos públicos envolvidos, tais como a Fazenda Pública e o INSS.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL – JUSTIÇA PLENA

O Projeto visa coordenar ações que possam dar efetividade à jurisdição em demandas de grande interesse da sociedade e possui como coordenadores e participantes o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça, a Advocacia-Geral da União, a Secretaria de Direitos Humanos, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Defensoria Pública da União e dos Estados, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Secretaria de Políticas para as Mulheres e as Corregedorias estaduais.

Atualmente 30 processos foram finalizados, 2 processos estão pendentes de inclusão e 152 estão sob acompanhamento, destacando-se: a) caso “Ceci Cunha”, com julgamento realizado nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 2012, que condenou todos acusados pela morte da deputada federal Ceci Cunha; b) casos “Damião Ximenes Lopes” e “Sétimo Garibaldi”, que levaram à condenação internacional do Brasil por violação de direitos humanos; c) caso do “ex-goleiro Bruno”, com recente julgamento de alguns acusados; d) processos que envolvem os Grupos de Extermínio nos Estados do Ceará, Bahia e Goiás; e) interceptações telefônicas ilegais no Paraná – caso “Escher”;f) caso da garota que ficou presa em cela masculina no Pará.

A consulta pública aos processos pode ser realizada por meio do endereço: <http://www.cnj.jus.br/corregedoria/saprs>.

TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADOS PELA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA EM 2013

**Termo de Cooperação nº 008/2013:**

Firmado entre o Conselho Nacional de Justiça, Governa da Paraíba, Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Corregedoria Geral da Paraíba, Defensoria Pública da Paraíba, Ordem dos Advogados do Brasil/PB e Ministério Público do Estado da Paraíba. O escopo do ajuste é realizar mutirão de trabalho a fim de dar celeridade à tramitação dos procedimentos referentes aos crimes de competência do Tribunal do Júri.

**Termo de Cooperação nº 012/2013:**

Firmado entre o Conselho Nacional de Justiça, TJRJ, CGJRJ e FEBRABAN. O escopo do ajuste é o aprimoramento do sistema dos Juizados Especiais Cíveis, buscando maior eficiência e efetividade às audiências de conciliação, de forma a estabelecer política permanente de composição de litígios, valendo-se da citação eletrônica mediante e-mail em todos os processos em que as instituições financeiras aderentes figurem como parte, buscando estabelecer métodos de autocomposição pré-processuais e preservar a relação fornecedor-cliente.

**Termo de Cooperação nº 013/2013:**

Firmado entre o Conselho Nacional de Justiça, TJRJ, CGJRJ e Banco do Brasil. O escopo do ajuste é o aprimoramento do sistema dos Juizados Especiais Cíveis, buscando maior eficiência e efetividade às audiências de conciliação, de forma a estabelecer política permanente de composição de litígios, valendo-se da citação eletrônica por meio de e-mail em todos os processos onde o Banco do Brasil figure como parte, buscando estabelecer métodos de autocomposição pré-processuais e preservar a relação fornecedor-cliente.

**Termo de Cooperação nº 016/2013:**

Firmado entre a Corregedoria Nacional de Justiça, TJRJ, CGJRJ, CNMP, MPE/RJ, DPGE/RJ, OAB/Conselho Federal e OAB/RJ. O escopo do ajuste é implementar o Projeto “Presença do Juiz na Comarca”, para dar celeridade às audiências de instrução e julgamento.

**Termo de Cessão nº 003/2013:**

Firmado entre a Corregedoria Nacional de Justiça e o Aeroporto de Guarulhos. O escopo do ajuste é a cessão de uso de área aeroportuária de propriedade da União e que se encontra sob a posse da CEDENTE, situada no Aeroporto de São Paulo/Guarulhos. A vigência compreende o período de 4/6/2013 (publicação) a 27/11/2017.

**CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Ministro** Francisco Falcão

Corregedor Nacional de Justiça

Magistrados Auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça

**Juíza** Adriana Franco Melo Machado

**Juíza** Mariella Ferraz de Arruda Pollice Nogueira

**Juiz** Erivaldo Ribeiro dos Santos

**Juiz** Friedmann Anderson Wendpap

**Juiz** Gabriel da Silveira Matos

**Juiz** Honório Gomes do Rego Filho

**Juiz** José Luiz Leite Lindote

**Juiz** José Marcello Tossi Silva

**Juiz** Júlio Cesar Machado Ferreira de Melo